



Demonstrações Financeiras 2021

**Cooperativa de Crédito, Poupança e
Investimento Vanguarda da Região das
Cataratas do Iguaçu e Vale do Paraíba -
Sicredi Vanguarda PR/SP/RJ**

**Diretoria Executiva de Administração
Superintendência Contábil e Fiscal**





EY

Building a better
working world

Iguatemi Business
Avenida Nilo Peçanha, 2.900
9º andar - Chácara das Pedras
91.330-001 - Porto Alegre - RS - Brasil
Tel: +55 51 3204-5500
ey.com.br

Relatório do auditor independente sobre as demonstrações financeiras

Aos
Administradores e Associados da
**Cooperativa de Crédito, Poupança e Investimento Vanguarda da Região das Cataratas
do Iguaçu e Vale do Paraíba - Sicredi Vanguarda PR/SP/RJ**
Medianeira/ PR

Opinião

Examinamos as demonstrações financeiras da Cooperativa de Crédito, Poupança e Investimento Vanguarda da Região das Cataratas do Iguaçu e Vale do Paraíba - Sicredi Vanguarda PR/SP/RJ (“Cooperativa”), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2021, e as respectivas demonstrações de sobras ou perdas, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Cooperativa de Crédito, Poupança e Investimento Vanguarda da Região das Cataratas do Iguaçu e Vale do Paraíba - Sicredi Vanguarda PR/SP/RJ em 31 de dezembro de 2021, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil (BACEN).

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir, intitulada “Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras”. Somos independentes em relação a Cooperativa, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Outras informações que acompanham as demonstrações financeiras e o relatório do auditor

A diretoria da Cooperativa é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da administração. Nossa opinião sobre as demonstrações financeiras não abrange o Relatório da administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório.

Em conexão com a auditoria das demonstrações financeiras, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações financeiras ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado,



Building a better
working world

concluirmos que há distorção relevante no Relatório da administração somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a este respeito.

Responsabilidades da diretoria e da governança pelas demonstrações financeiras

A diretoria é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil - Bacen e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações financeiras, a diretoria é responsável pela avaliação da capacidade de a Cooperativa continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras a não ser que a diretoria pretenda liquidar a Cooperativa ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança da Cooperativa são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações financeiras.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada, de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, sempre detecta as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras.

Como parte da auditoria realizada, de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtivemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtivemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Cooperativa.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela diretoria.



Building a better
working world

- Concluímos sobre a adequação do uso, pela diretoria, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Cooperativa. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Cooperativa a não mais se manter em continuidade operacional.
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se as demonstrações financeiras representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance e da época dos trabalhos de auditoria planejados e das constatações significativas de auditoria, inclusive as deficiências significativas nos controles internos que eventualmente tenham sido identificadas durante nossos trabalhos.

Porto Alegre, 22 de março de 2022

ERNST & YOUNG
Auditores Independentes S.S.
CRC – 2SP015199/F-7


Américo F. Ferreira Neto
Contador CRC-1SP192685/O-9

RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO

Neste documento, a administração da Cooperativa de Crédito, Poupança e Investimento Vanguarda da Região das Cataratas do Iguaçu e Vale do Paraíba - Sicredi Vanguarda PR/SP/RJ, seguindo o princípio do cooperativismo de transparência na gestão e em conformidade aos dispositivos legais e estatutários, divulga as Demonstrações Financeiras relativas ao exercício findo em 31 de dezembro de 2021, juntamente com o relatório dos auditores independentes sobre as Demonstrações Financeiras.

O ano de 2021 foi marcado pela retomada. Mesmo com o cenário de pandemia, que se prolongou durante todo o ano, o Sicredi manteve o ciclo virtuoso do cooperativismo vivo.

Por meio das linhas de crédito concedidas aos associados nas cooperativas, apoiamos a manutenção da atividade econômica das comunidades nas regiões onde atuamos, reforçando o compromisso com a nossa missão de agregar renda e contribuir para a melhoria da qualidade de vida dos associados e da sociedade.

Nossas linhas de crédito tradicionais continuaram ativas, assim como as linhas dos programas emergenciais do Poder Público. E, como é característico do nosso modelo de negócio, acompanhamos de perto a realidade dos associados e das regiões onde estamos presentes, o que possibilitou ampliar a oferta de opções adequadas às necessidades de cada um na retomada e manutenção dos negócios.

Seguimos ampliando a oferta de soluções em meios eletrônicos de atendimento (caixas automáticos, internet banking, aplicativo), viabilizando muitas de nossas demandas uma vez que, esses são canais completos que permitem a realização da maior parte das operações sem a necessidade de ida às agências. Também contamos com canais telefônicos que podem ser utilizados para tirar dúvidas e atendimento via WhatsApp, o que traz ainda mais agilidade para muitas das solicitações. Em paralelo, voltamos a operar de forma presencial em todas as agências, seguindo os protocolos das autoridades sanitárias e mantendo mais esse canal de relacionamento com nossos associados.

Durante esse período de retomada, destacamos os seguintes fatos administrativos:

-Sicredi na Comunidade: em 2021, a Sicredi Vanguarda mais uma vez realizou o projeto Sicredi na Comunidade – Cooperar para transformar e repassou ao longo do ano mais de R\$ 586 mil para 82 entidades nos estados do Paraná, São Paulo e Rio de Janeiro. Os recursos foram utilizados para melhorias nas estruturas, aquisição de equipamentos e necessidades das entidades e instituições beneficiadas;

- Dia C: já o Dia C de 2021 foi um momento de solidariedade, voluntariado e esperança. Os colaboradores mostraram a preocupação com o próximo e arrecadaram 100 toneladas de alimentos e produtos de higiene, que foram distribuídos para famílias carentes e entidades que apoiam causas sociais;

- Semana ENEF: a Vanguarda participou mais uma vez da Semana Nacional de Educação Financeira no mês de novembro. A cooperativa contou com o apoio de 196 voluntários que realizaram palestras sobre o tema de forma voluntária para a comunidade, sendo mais 10 mil pessoas que acompanharam as ações na área de atuação da Vanguarda nos três estados – Paraná, São Paulo e Rio de Janeiro;

- PUFV: o Programa a União Faz a Vida continuou desenvolvendo trabalhos com os educadores. Tivemos em 2021 a implantação do PUFV em mais municípios do Paraná, sendo contemplados Missal, Matelândia, Foz do Iguaçu e Catanduvas, além de comemorar os 10 anos do programa em Santa Tereza do Oeste. Um passo importante do PUFV foi a chegada ao estado do Rio de Janeiro, no distrito de Lídice, no município de Rio Claro. Ao longo do ano foram realizados 32 encontros, sendo 100 horas de formação e contamos com 2.200 educadores;

- Jubilados: pensando em enaltecer a participação dos associados com mais tempo de cooperativa, a Vanguarda preparou um presente para ser entregue aos associados que tem mais de 65 anos de idade e com tempo superior a 5 anos de associação. O relacionamento sempre foi, é e será, o principal meio de manter negócios com os associados, atendendo e entendendo assim as

- Pontos com Amor: a cooperativa, sempre preocupada com a sustentabilidade do negócio, encontrou uma alternativa para transformar uniformes antigos em amor. Como nossos colaboradores recebem novos uniformes para o dia a dia de trabalho, as peças antigas eram simplesmente descartadas, mas isso foi repensado e a partir de 2021, todos os uniformes que não são mais utilizados são entregues para a instituição sem fins lucrativos Pontos com Amor para que sejam transformados em roupas para crianças e doadas em comunidades e famílias carentes;
- Teatro Poupedi: a Vanguarda tradicionalmente realiza o Teatro Poupedi, que leva de forma lúdica a alunos do ensino fundamental básico da rede municipal de ensino, espetáculos que abordam cooperativismo, educação financeira e sustentabilidade. Em 2020 os espetáculos foram suspensos em decorrência da pandemia, mas retomados no ano de 2021, onde foram realizados 44 espetáculos para mais de 16 mil crianças e adolescentes nos municípios da área de atuação no Paraná.

Em outra frente, a cooperativa atuou em inúmeras iniciativas para contribuir com o desenvolvimento da comunidade onde atua. A seguir listamos os principais negócios sociais realizados em 2021:

- Novas Agências e Reinaugurações: a Sicredi Vanguarda, pensando sempre em atender da melhor maneira os associados e as comunidades onde está inserida, trabalhou no programa de expansão com a implantação de novas agências em sua área de atuação, chegando a novos municípios e distritos. Em 2021, foram inauguradas agências nos municípios de Campos Novos, São Sebastião em São Paulo, em Piraí e Miguel Pereira no Rio de Janeiro, e a terceira agência em Medianeira no Paraná. Também reinauguramos as agências de Resende e Vassouras no Rio de Janeiro, Diamante D'Oeste e no distrito de Rio do Salto em Cascavel no Paraná, além dos municípios de Lorena e Aparecida em São Paulo;
- Central de Relacionamento: pensando em facilitar a vida dos associados, a Sicredi Vanguarda padronizou os telefones da Central de Relacionamento, canal direto com os associados, em cada estado onde atua;
- Consórcios: através do consórcio Sicredi, a Vanguarda possibilitou a milhares de associados a oportunidade de adquirir um bem ou realizar um sonho. Em 2021 foram 2102 associados contemplados, o que totalizou mais de R\$ 103 milhões de reais em crédito liberado pelos consórcios. Tudo isso de forma cooperativa, segura e com um bom planejamento financeiro;
- Sicredi PRO: a Sicredi Vanguarda pensando em melhorar o atendimento aos associados inaugurou a agência Sicredi PRO, que traz um novo modelo de relacionamento com o associado, com todo o atendimento e prospecção de negócios feito através dos canais digitais (telefone, WhatsApp, e-mail, etc), levando praticidade e agilidade no dia a dia dos nossos associados;
- Crédito Locomoção Simplificada: estamos alinhados com o propósito da sustentabilidade e com isso, lançamos em 2021 o Crédito Locomoção Simplificada em que nosso associado poderá adquirir equipamentos elétricos para sua locomoção. Assim, juntos reduziremos a emissão de CO₂ na natureza, ampliaremos a fluidez no trânsito e minimizaremos os custos com deslocamentos. Essa linha conta com recursos próprios, contratação facilitada e taxa especial para impulsionarmos essa grande mudança.

De forma local, trabalhamos fortemente para que as demandas dos associados fossem atendidas, especialmente aquelas relacionadas ao enfrentamento da pandemia e à retomada econômica. Entre as ações, destacamos que sempre estivemos ao lado dos nossos associados e durante a pandemia nosso compromisso se fortaleceu ainda mais para garantir a retomada econômica. A Sicredi Vanguarda liberou mais de R\$ 2 bilhões, totalizando 85 mil operações de crédito comercial para Pessoas Físicas e Pessoas Jurídicas. Só na linha de Energia Solar tivemos um crescimento de mais de 60% da carteira com relação ao ano de 2020, sendo liberado R\$ 27 milhões em mais de 600 operações. O agronegócio se manteve em crescimento durante o ano, continuamos fomentando o setor e no que diz respeito as operações de crédito foram liberadas mais de 8 mil propostas, atendendo aos pequenos, médios e grandes produtores, concedemos mais de R\$ 1,2 bilhão em recursos para custeio agrícola e pecuário, investimentos e comercialização. Nossa dedicação vai além da concessão de crédito, buscamos sempre assessorar nossos associados, visando a educação financeira e com isso, apresentamos taxas justas e adequadas, linhas de créditos coerentes com a necessidade apresentada por eles visando gerar tranquilidade na gestão de suas parcelas.

Conselho de Administração e Diretoria

BALANÇOS PATRIMONIAIS
(Em milhares de Reais)

Cooperativa de Crédito, Poupança e Investimento Vanguarda da Região das Cataratas do Iguaçu e Vale do Paraíba - Sicredi Vanguarda PR/SP/RJ
CNPJ/MF nº 78.414.067/0001-60

ATIVO		31/12/2021		PASSIVO	31/12/2021		31/12/2020	
ATIVO				PASSIVO				
DISPONIBILIDADES	(Nota 04)	5.743.651	4.667.461	DEPÓSITOS	(Nota 12)	5.083.795	4.155.889	
INSTRUMENTOS FINANCEIROS		5.564.257	4.525.688	Depósitos à vista		3.370.845	3.030.307	
Aplicações interfinanceiras de liquidez	(Nota 05)	36.315	22.306	Depósitos interfinanceiros		822.738	759.266	
Títulos e valores mobiliários	(Nota 06)	716.102	-	Depósitos a prazo		175.217	139.289	
Centralização financeira	(Nota 04)	820.759	1.407.466	DEMAIS INSTRUMENTOS FINANCEIROS		2.372.890	2.131.752	
Relações interfinanceiras		728	723	Relações interfinanceiras	(Nota 13)	1.414.222	904.885	
Operações de crédito	(Nota 07)	3.756.135	2.925.702	Obrigações por repasses	(Nota 14)	877.989	5.690	
Outros ativos financeiros	(Nota 08)	234.218	169.491	Outros passivos financeiros	(Nota 15)	9.355	14.307	
PROVISÕES PARA PERDAS ESPERADAS ASSOCIADAS AO RISCO DE CRÉDITO	(Nota 07)	(129.741)	(119.355)	PROVISÕES PARA RISCOS CÍVEIS, TRIBUTÁRIOS E TRABALHISTAS	(Nota 16)	17.541	1.713	
OUTROS ATIVOS	(Nota 09)	25.616	19.707	OUTROS PASSIVOS	(Nota 17)	219.013	297.015	
INVESTIMENTOS	(Nota 10)	84.419	57.169					
IMOBILIZADO DE USO	(Nota 11)	123.102	113.492	PATRIMÔNIO LÍQUIDO	(Nota 18)	511.572	659.856	
INTANGÍVEL	(Nota 11)	13.898	13.962	CAPITAL SOCIAL		173.645	218.783	
				RESERVAS DE SOBRAS		314.825	398.303	
				SOBRAS OU PERDAS ACUMULADAS		23.102	42.770	
TOTAL DO ATIVO		5.743.651	4.667.461	TOTAL DO PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO		5.743.651	4.667.461	

As notas explicativas são parte integrante das Demonstrações Financeiras

DEMONSTRAÇÕES DE SOBRAS OU PERDAS
 (Em milhares de Reais)

Cooperativa de Crédito, Poupança e Investimento Vanguarda da Região das Cataratas do Iguaçu e Vale do Paraíba - Sicredi Vanguarda
 PR/SP/RJ
 CNPJ/MF nº 78.414.067/0001-60

Descrição das contas	01/07/2021 a 31/12/2021 (Não auditado)	01/01/2021 a 31/12/2021	01/01/2020 a 31/12/2020 (Reapresentado)
INGRESSOS E RECEITAS DA INTERMEDIAÇÃO FINANCEIRA			
Operações de crédito	(Nota 07)	247.512	454.830
Resultado de títulos e valores mobiliários		20.919	28.061
Resultado das aplicações compulsórias		125	132
Ingressos de depósitos intercooperativos		24.898	34.636
DISPÊNDIOS E DESPESAS DA INTERMEDIAÇÃO FINANCEIRA	(137.177)	(204.770)	(167.801)
Operações de captação no mercado	(Nota 12)	(71.772)	(100.478)
Operações de empréstimos e repasses		(29.863)	(52.640)
Provisões para perdas esperadas associadas ao risco de crédito	(Nota 07)	(35.542)	(51.652)
RESULTADO BRUTO DA INTERMEDIAÇÃO FINANCEIRA	156.277	312.889	231.490
OUTROS INGRESSOS E RECEITAS/Dispêndios e despesas operacionais			
Ingressos e receitas de prestação de serviços	(Nota 21)	61.618	123.616
Rendas de tarifas bancárias		17.971	35.491
Dispêndios e despesas de pessoal	(Nota 22)	(66.771)	(126.659)
Outros dispêndios e despesas administrativas	(Nota 23)	(64.357)	(121.612)
Dispêndios e despesas tributárias		(911)	(1.990)
Outros ingressos e receitas operacionais	(Nota 24)	12.465	24.804
Outros dispêndios e despesas operacionais	(Nota 25)	(41.333)	(84.435)
RESULTADO OPERACIONAL	74.959	162.104	96.109
RESULTADO ANTES DA TRIBUTAÇÃO SOBRE O LUCRO E PARTICIPAÇÕES			
IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL	(Nota 19)	963	-
Provisão para Imposto de Renda		599	(2.797)
Provisão para Contribuição Social		364	(1.769)
PARTICIPAÇÕES NAS SOBRAS	(11.236)	(20.141)	(17.949)
RESULTADO DO EXERCÍCIO ANTES DAS DESTINAÇÕES	64.686	141.963	73.594

As notas explicativas são parte integrante das Demonstrações Financeiras

DEMONSTRAÇÕES DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO
 (Em milhares de Reais)

**Cooperativa de Crédito, Poupança e Investimento Vanguarda da Região das Cataratas do Iguaçu e Vale do Paraíba - Sicredi
 Vanguarda PR/SP/RJ**
CNPJ/MF nº 78.414.067/0001-60

	Capital Social	Reserva Legal	Sobras ou Perdas Acumuladas	Total
Saldos no início do exercício em 01/01/2020	148.635	272.222	21.829	442.686
Destinação resultado exercício anterior				
Distribuição de sobras para associados	6.660	-	(21.419)	(14.759)
Outras destinações	-	-	(410)	(410)
Capital de associados				
Aumento de capital	22.145	-	-	22.145
Baixas de capital	(8.292)	-	-	(8.292)
Resultado do exercício	-	-	73.594	73.594
Destinações				
FATES - Estatutário	-	-	(3.301)	(3.301)
Juros sobre o capital próprio	4.497	-	(4.588)	(91)
Reserva legal - Estatutária	-	39.603	(39.603)	-
Reserva legal - Recuperação de prejuízo	-	3.000	(3.000)	-
Saldos no fim do exercício em 31/12/2020	173.645	314.825	23.102	511.572
Mutações do Exercício	25.010	42.603	1.273	68.886
Saldos no início do exercício em 01/01/2021	173.645	314.825	23.102	511.572
Destinação resultado exercício anterior				
Distribuição de sobras para associados	22.663	-	(22.663)	-
Outras destinações	-	-	(439)	(439)
Capital de associados				
Aumento de capital	29.809	-	-	29.809
Baixas de capital	(15.254)	-	-	(15.254)
Resultado do exercício	-	-	141.963	141.963
Destinações				
FATES - Estatutário	-	-	(6.289)	(6.289)
Juros sobre o capital próprio	7.920	-	(8.168)	(248)
Reserva legal - Estatutária	-	75.478	(75.478)	-
Reserva legal - Recuperação de prejuízo	-	8.000	(8.000)	-
Fundos estatutários	-	-	(1.258)	(1.258)
Saldos no fim do exercício em 31/12/2021	218.783	398.303	42.770	659.856
Mutações do Exercício	45.138	83.478	19.668	148.284
Saldos no início do semestre em 01/07/2021 (Não auditado)	203.776	314.825	77.277	595.878
Capital de associados				
Aumento de capital	13.933	-	-	13.933
Baixas de capital	(6.846)	-	-	(6.846)
Resultado do semestre	-	-	64.686	64.686
Destinações				
FATES - Estatutário	-	-	(6.289)	(6.289)
Juros sobre o capital próprio	7.920	-	(8.168)	(248)
Reserva legal - Estatutária	-	75.478	(75.478)	-
Reserva legal - Recuperação de prejuízo	-	8.000	(8.000)	-
Fundos estatutários	-	-	(1.258)	(1.258)
Saldos no fim do exercício em 31/12/2021	218.783	398.303	42.770	659.856
Mutações do Semestre	15.007	83.478	(34.507)	63.978

As notas explicativas são parte integrante das Demonstrações Financeiras

DEMONSTRAÇÕES DOS FLUXOS DE CAIXA
 (Em milhares de Reais)

Cooperativa de Crédito, Poupança e Investimento Vanguarda da Região das Cataratas do Iguaçu e Vale do Paraíba
 - Sicredi Vanguarda PR/SP/RJ
 CNPJ/MF nº 78.414.067/0001-60

	01/07/2021 a 31/12/2021 (Não auditado)	01/01/2021 a 31/12/2021	01/01/2020 a 31/12/2020
RESULTADO DO SEMESTRE/EXERCÍCIO APÓS AJUSTES AO RESULTADO	86.903	163.521	110.132
Resultado do semestre/exercício	64.686	141.963	73.594
AJUSTES AO RESULTADO DO SEMESTRE/EXERCÍCIO	22.217	21.558	36.538
Provisão para perdas esperadas associadas ao risco de crédito	18.418	10.386	27.825
(Reversão) para desvalorização de outros ativos	-	-	(1.507)
Depreciação e amortização	8.533	16.526	14.898
Baixas do ativo permanente	851	906	524
(Reversão) Provisão para riscos cíveis, tributários e trabalhistas	704	29	(1.901)
Destinações ao FATES	(6.289)	(6.289)	(3.301)
VARIAÇÃO DE ATIVOS E PASSIVOS	101.630	(155.509)	490.716
(Aumento) Redução em aplicações interfinanceiras de liquidez	(9.752)	(14.009)	81.280
(Aumento) em títulos e valores mobiliários	(68.821)	(168.303)	-
(Aumento) Redução em relações interfinanceiras ativas	33.421	(5)	1.242
(Aumento) em operações de crédito	(475.162)	(830.433)	(910.013)
Aumento em relações interfinanceiras passivas	346.575	516.236	364.260
(Aumento) em outros ativos financeiros	(51.290)	(64.727)	(39.136)
(Aumento) Redução em outros ativos	(8.500)	(5.909)	1.233
Aumento em depósitos	265.261	340.538	935.103
Aumento (Redução) em passivos financeiros	(6.463)	(3.234)	826
Aumento (Redução) em obrigações por empréstimos e repasses	(1.940)	(3.665)	9.355
Absorção de dispêndios pelo FATES	(449)	(1.209)	(2.320)
Aumento em outros passivos	78.750	79.211	48.886
ATIVIDADES OPERACIONAIS - Caixa líquido proveniente/(aplicado)	188.533	8.012	600.848
Aquisição de investimentos	(22.157)	(27.250)	-
Aquisição de imobilizado de uso	(13.509)	(22.453)	(18.125)
Aplicações no intangível	(2.278)	(4.525)	(3.866)
ATIVIDADES DE INVESTIMENTOS - Caixa líquido proveniente/(aplicado)	(37.944)	(54.228)	(21.991)
Integralização de capital	13.933	29.809	22.145
Baixa de capital	(6.846)	(15.254)	(8.292)
Fundos estatutários	(1.258)	(1.258)	-
Juros ao capital próprio	(248)	(248)	(91)
Distribuição de Sobras	-	(439)	(15.169)
ATIVIDADES DE FINANCIAMENTOS - Caixa líquido proveniente/(aplicado)	5.581	12.610	(1.407)
AUMENTO/DIMINUIÇÃO LÍQUIDA DE CAIXA E EQUIVALENTE DE CAIXA	156.170	(33.606)	577.450
Caixa e equivalente de caixa no início do período	1.274.488	1.464.264	886.814
Caixa e equivalente de caixa no fim do período (Nota 04)	1.430.658	1.430.658	1.464.264

As notas explicativas são parte integrante das Demonstrações Financeiras

DEMONSTRAÇÕES DOS RESULTADOS ABRANGENTES
(Em milhares de reais)

Cooperativa de Crédito, Poupança e Investimento Vanguarda da Região das Cataratas do Iguaçu e Vale do Paraíba
- Sicredi Vanguarda PR/SP/RJ
CNPJ/MF nº 78.414.067/0001-60

	01/07/2021 a 31/12/2021 (Não auditado)	01/01/2021 a 31/12/2021	01/01/2020 a 31/12/2020
Resultado líquido do exercício	64.686	141.963	73.594
Outros resultados abrangentes	-	-	-
Resultado abrangente atribuível	64.686	141.963	73.594

As notas explicativas são parte integrante das Demonstrações Financeiras

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS
(EM MILHARES DE REAIS)

NOTA 01 – CONTEXTO OPERACIONAL

A Cooperativa de Crédito, Poupança e Investimento Vanguarda da Região das Cataratas do Iguaçu e Vale do Paraíba - Sicredi Vanguarda PR/SP/RJ ("Cooperativa"), é uma instituição financeira cooperativa, filiada à Cooperativa Central de Crédito, Poupança e Investimento dos Estados do Paraná, São Paulo e Rio de Janeiro - Central Sicredi PR/SP/RJ ("Central") e integrante do Sistema Cooperativo Sicredi ("Sicredi"). A Cooperativa é uma instituição financeira não bancária, autorizada a funcionar pelo Banco Central do Brasil ("Bacen") com início das atividades em 17/11/1983 e sede situada na R. Paraguai, 1407 - 1 Andar, na cidade de Medianeira - Paraná. A Cooperativa tem por objetivos principais:

- i) Desenvolver programas de poupança, de uso adequado do crédito e de prestação de serviços, praticando todas as operações ativas, passivas e acessórias próprias de cooperativas de crédito;
- ii) Prestar, através da mutualidade, a assistência financeira aos associados em suas atividades específicas;
- iii) Atuar na formação educacional de seus associados, no sentido de fomentar o cooperativismo.

A execução das atividades obedece ao disposto na legislação pertinente, assim como aos atos regulamentares oficiais, ao estatuto social, e às normas internas do Sicredi.

O Sicredi, em 31 de dezembro de 2021, está organizado por 108 Cooperativas de Crédito filiadas, que operam com uma rede de atendimento com 2.127 pontos, dos quais a Cooperativa opera em 79 pontos de atendimentos. A estrutura conta ainda com cinco Centrais Regionais – acionistas da Sicredi Participações S.A. ("SicrediPar") – a Confederação das Cooperativas do Sicredi ("Confederação Sicredi"), uma Fundação juntamente com o Banco Cooperativo Sicredi S.A. ("Banco").

A Cooperativa é parte integrante do Fundo Garantidor do Cooperativismo de Crédito (FGCoop), associação civil sem fins lucrativos, com personalidade jurídica de direito privado de abrangência nacional, conforme anexo I à resolução do Conselho Monetário Nacional ("CMN") nº 4.284, de 5 de novembro de 2013.

O FGCoop tem por objeto prestar garantia de créditos nos casos de decretação de intervenção ou de liquidação extrajudicial de instituição associada, até o limite de R\$ 250 por associado (CPF/CNPJ), bem como contratar operações de assistência, de suporte financeiro e de liquidez com essas instituições.

A Cooperativa também é parte integrante da Sicredi Fundos Garantidores, empresa sem fins lucrativos cuja formação de reservas advém de contribuições mensais e extraordinárias de cooperativas associadas ao fundo o qual tem por objeto assegurar a credibilidade e a solvabilidade das suas associadas. Conforme regras estabelecidas nos Regulamentos dos Fundos Garantidores, as contribuições mensais são apuradas pelo somatório de duas parcelas: parcela fixa, relacionada ao objetivo de cada Fundo; e parcela variável, relativa ao risco imputado ao Sistema (considera níveis de liquidez, de margem de capital e de utilização de dispositivos de segurança).

NOTA 02 – APRESENTAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

As demonstrações financeiras foram elaboradas e estão sendo apresentadas em conformidade com as regulamentações emanadas pelo Conselho Monetário Nacional - CMN e pelo Banco Central do Brasil - BACEN, incluindo a Resolução CMN nº 4.818/20 e Resolução BCB nº 2/20 que regulamentaram procedimentos para elaboração e divulgação das demonstrações financeiras. Foram observadas também, as normas regulamentares constantes no Plano Contábil das Instituições do Sistema Financeiro Nacional - COSIF, os Pronunciamentos Contábeis homologados pelo BACEN (CPCs 01, 02, 03, 04, 05, 10, 23, 24, 25, 27, 33 e 46) e a legislação aplicada às cooperativas de crédito, especialmente às disposições das Leis nº 4.595/64 e nº 5.764/71, com alterações pela Lei Complementar nº 130/09.

Reapresentação das cifras comparativas:

A administração está reapresentando os saldos das demonstrações financeiras de 2020, apresentadas para fins de comparação, decorrentes de ajustes de retificação de erro de acordo com o disposto no CPC 23, conforme abaixo:

(a) Ingressos de depósitos intercooperativos nas demonstrações de sobras e perdas

Em 2021, foi efetuada a reclassificação dos ingressos de depósitos intercooperativos, para fins de comparação, registrados em 31 de dezembro de 2020 como outros ingressos e receitas operacionais. A cooperativa entende que os valores aplicados nas Centrais via Centralização Financeira não se caracterizam como outros ingressos e receitas operacionais, conforme entendimento anteriormente adotado, devendo ser considerados como ingressos e receitas da intermediação financeira. Nessa operação os valores captados em centralização serão aplicados pelo Banco no mercado, gerando receita da intermediação financeira, e remunerado às centrais via centralização. Por se tratar de recurso de tesouraria aplicado, a natureza dessa receita se caracteriza como Intermediação Financeira, logo essa classificação é a mais adequada.

(b) Resultado não operacional

Entre as alterações normativas decorrentes da Resolução BCB nº2/20 ocorreu a mudança na forma de apresentação das demonstrações de sobras ou perdas. A cooperativa entende que o saldo relativo as sobras ou perdas do resultado não operacional não é mais parte integrante deste demonstrativo, conforme entendimento anteriormente adotado. Desta forma, a cooperativa reclassificou os saldos por natureza nos grupos de contas de outros ingressos e receitas operacionais e outros dispêndios e despesas operacionais, para fins de favorecer a comparabilidade das demonstrações financeiras.

Os valores reclassificados estão demonstrados nos quadros abaixo:

DEMONSTRAÇÕES DE SOBRAS E PERDAS	Anteriormente Apresentado	Reclassificação	Reapresentado
	31/12/2020	Ajuste	31/12/2020
INGRESSOS E RECEITAS DA INTERMEDIAÇÃO FINANCEIRA	370.494	28.797	399.291
Ingressos Depósitos Intercooperativos	-	28.797	28.797
OUTROS INGRESSOS E RECEITAS/Dispêndios e DESPESAS OPERACIONAIS	(108.388)	(26.993)	(135.381)
Outros ingressos e receitas operacionais (Nota 24)	50.677	(23.762)	26.915
Outros dispêndios e despesas operacionais (Nota 25)	(78.034)	(3.231)	(81.265)
RESULTADO NÃO OPERACIONAL	1.804	(1.804)	-

A autorização para a conclusão destas demonstrações financeiras foi concedida pela Diretoria em 07 de março de 2022.

NOTA 03 – RESUMO DAS PRINCIPAIS PRÁTICAS

As principais práticas contábeis adotadas para a elaboração das demonstrações financeiras foram:

a) Apuração do resultado

Os ingressos e os dispêndios, assim como as receitas e as despesas, são registrados mensalmente de acordo com o regime de competência, que estabelece que os ingressos e os dispêndios e as receitas e despesas devem ser incluídas na apuração dos resultados dos períodos em que ocorrerem, sempre simultaneamente quando se correlacionarem, independentemente de recebimento ou pagamento, alocados de forma proporcional de acordo com os montantes do ingresso bruto de ato cooperativo e da receita bruta de ato não-cooperativo, quando não identificados com cada atividade.

Sobre o resultado de eventuais operações realizadas com não cooperados (ato não cooperativo) são apurados e recolhidos os impostos devidos. Os resultados destas operações são levados à conta do Fundo de Assistência Técnica, Educacional e Social - FATES, conforme previsto na Lei nº 5.764/71.

No exercício findo em 31 de dezembro de 2021 a Cooperativa apresentou um resultado líquido de R\$ 4.817 (2020 - R\$ 11.166) referente a Atos Não Cooperativos.

b) Caixa e equivalentes de caixa

Caixa e equivalentes de caixa são representados pelas disponibilidades, pelos valores aplicados pelas Cooperativas nas Centrais via Centralização Financeira e pelas cotas de fundos de renda fixa e multimercado, cujo vencimento das operações na data da efetiva aplicação seja igual ou inferior a 90 dias e apresentam risco insignificante de mudança de valor justo.

c) Aplicações interfinanceiras de liquidez

Representam operações a preços fixos referentes às compras de títulos com compromisso de revenda e aplicações em depósitos interfinanceiros e estão demonstradas pelo valor de resgate, líquidas dos rendimentos apropriar correspondentes a períodos futuros.

d) Títulos e valores mobiliários

A carteira está composta por títulos de renda fixa, renda variável e fundos de investimentos, os quais são apresentados pelo custo acrescido dos rendimentos auferidos até a data do balanço, ajustados aos respectivos valores de mercado, conforme aplicável.

e) Relações interfinanceiras – centralização financeira

A centralização financeira compreende as sobras de caixa da cooperativa não investida em suas atividades, as quais são centralizadas através de repasses interfinanceiros para a Cooperativa Central. Estes montantes são aplicados no mercado financeiro e/ou emprestados para as cooperativas filiadas para o financiamento das suas atividades e possuem liquidez imediata e remuneração mensal.

f) Operações de crédito

Estão demonstradas ao custo acrescido dos rendimentos auferidos. As operações de crédito estão classificadas de acordo com análise da Administração quanto ao nível de risco, considerando a conjuntura econômica e os riscos específicos em relação às operações, aos devedores e aos garantidores, observando os parâmetros estabelecidos nas Resoluções nº 2.682/99 e nº 2.697/00 do CMN.

A atualização das operações de crédito vencidas em até 59 dias é contabilizada em receitas de operações de crédito, e a partir do 60º dia, em rendas apropriar. As operações classificadas como nível "H" permanecem nessa classificação por seis meses, quando então são baixadas contra a provisão existente e controladas, por no mínimo cinco anos, em contas de compensação, não mais figurando no balanço patrimonial.

g) Provisão para perdas esperadas associadas ao risco de crédito

A provisão para perdas esperadas associadas ao risco de crédito é fundamentada na análise das operações e leva em consideração a conjuntura econômica, a experiência passada, os riscos específicos e globais das carteiras, considerando os critérios de provisionamento, definidos nas Resoluções nº 2.682/99 e nº 2.697/00 do CMN, associados às avaliações procedidas pela Administração, na determinação dos riscos de crédito.

h) Ativos não financeiros mantidos para venda

Os ativos não financeiros mantidos para venda, determinados pela Resolução CMN nº 4.747/19, são segregados em próprios e recebidos de terceiros. Esses bens não depreciam e são mensurados pelo valor justo de acordo com os critérios estabelecidos pelo CPC 46, o qual foi aprovado pela Resolução CMN nº 4.748/19.

- Próprios: representam os bens de propriedade da cooperativa os quais não são utilizados no desempenho da atividade social, estando disponíveis para venda imediata e cuja alienação seja altamente provável no período máximo de um ano.

- Recebidos de terceiros: representam os bens recebidos como dação em pagamento de dívidas, não destinados ao uso próprio.

i) Demais ativos circulantes e realizáveis a longo prazo (não circulantes)

Demonstrados pelo custo de aquisição, incluindo, quando aplicável, os rendimentos auferidos e as variações monetárias pro-rata die incorridos e as variações cambiais, deduzidos das correspondentes provisões para perdas ou ajuste ao valor de mercado e rendas apropriar.

j) Investimentos

Estão demonstrados ao custo de aquisição, referem-se a participação em empresas do Sistema Sicredi, ajustados por provisão para perdas quando aplicável.

k) Imobilizado de uso

Corresponde aos direitos que tenham por objeto bens corpóreos destinados à manutenção das atividades ou exercidos com essa finalidade. Está demonstrado ao custo de aquisição, deduzido da depreciação do imobilizado de uso, a qual é calculada pelo método linear, com base nas taxas anuais mencionadas na Nota "Imobilizado de uso e intangível", que levam em consideração a vida útil-econômica dos ativos.

A vida útil dos ativos e os métodos de depreciação são revistos no encerramento de cada exercício de acordo com os critérios definidos pelo CPC 27 - Ativo Imobilizado, o qual foi aprovado pela Resolução CMN nº 4.535/16.

l) Intangível

Os ativos intangíveis são bens incorpóreos, não monetários identificáveis sem substância física, destinados à manutenção do sistema ou exercidos com essa finalidade e na geração de benefícios econômicos futuros, adquiridos ou desenvolvidos pela instituição. Está demonstrado aos valores de custo e contempla gastos na aquisição e desenvolvimento de software, ajustado por amortizações acumuladas, calculadas a partir do momento em que começam a ser usufruídos os benefícios respectivos, com base em taxas anuais que levam em consideração a vida útil-econômica dos bens, de acordo com as disposições da Resolução CMN nº 4.534/16 e CPC 04 - Ativo Intangível, conforme mencionado na Nota "Imobilizado de uso e intangível". As amortizações acumuladas, calculadas a partir do momento em que começam a ser usufruídos os benefícios respectivos, na razão de 10% a 20% ao ano, pelo método linear.

m) Redução ao valor recuperável de ativos

O imobilizado e outros ativos não circulantes, inclusive o ativo intangível, são revistos anualmente para se identificar evidências de perdas não recuperáveis, ou ainda, sempre que eventos ou alterações nas circunstâncias indicarem que o valor contábil pode não ser recuperável. Quando este for o caso, o valor recuperável é calculado para verificar se há perda. Quando houver perda, ela é reconhecida pelo montante em que o valor contábil do ativo ultrapassa seu valor recuperável, que é o maior entre o preço líquido de venda e o valor em uso de um ativo.

n) Depósitos, obrigações por empréstimos e repasses

Estão demonstrados pelos valores das exigibilidades, considerados os encargos, variações cambiais e monetárias até a data das demonstrações financeiras, reconhecidos em base *pro-rata-die*, segregados da seguinte forma:

Os depósitos à vista são compostos de valores cuja disponibilidade é imediata aos associados, portanto sem prazo determinado para movimentá-lo, ficando a critério do portador dos recursos fazê-lo conforme sua necessidade.

Os depósitos de poupança são compostos de valores cuja disponibilidade pode ser de livre movimentação, ficando a critério do portador dos recursos fazê-lo conforme sua necessidade, e também para fins específicos. Os recursos recebem atualizações por encargos financeiros remuneratórios de acordo com sua finalidade.

Os depósitos a prazo são compostos por valores pactuados para disponibilidade em prazos pré-estabelecidos, os quais recebem atualizações por encargos financeiros remuneratórios conforme a sua contratação em pós-fixada e estão demonstrados pelo seu valor de resgate, líquidos das despesas financeiras a decorrer.

Os depósitos interfinanceiros são compostos por recursos recebidos em depósito de outras instituições do mercado, na forma da regulamentação vigente e específica para as operações de depósitos interfinanceiros, observado que a instituição deve manter controles internos para efeito de limite de captação.

As obrigações por empréstimos e repasses correspondem aos recursos repassados pelo Banco Cooperativo Sicredi, Cooperativa Central e demais instituições com a finalidade de operações de financiamento.

o) Demais passivos circulantes e exigíveis a longo prazo (não circulantes)

São demonstrados pelos valores conhecidos ou calculáveis, incluindo, quando aplicável, os encargos e as variações monetárias em base *pro-rata-die* dia incorridos, deduzidos das correspondentes despesas apropriar.

p) Impostos e contribuições

O Imposto de Renda (IRPJ) e a Contribuição Social sobre o Lucro Líquido (CSLL) incidem sobre o resultado positivo em atos não cooperativos. A provisão corresponde às alíquotas vigentes para o IRPJ é de 15%, acrescida de adicional de 10% e a CSLL no qual a alíquota passou de 15% para 20% a partir de julho de 2021 e irá retornar para 15% a partir de janeiro de 2022, aplicadas sobre o lucro auferido, após os ajustes de base de cálculo previstos na legislação e a compensação de prejuízos fiscais e base de cálculo negativa de CSLL de anos anteriores, sendo essa dedução limitada à 30% do lucro tributável.

Ainda no âmbito federal, as cooperativas estão sujeitas às contribuições para o Programa de Integração Social (PIS – 0,65%) e Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social (COFINS – 4%) sobre as receitas auferidas nas operações com não associados, após a dedução de itens específicos previstos pela legislação, como as sobras apuradas nas Demonstrações de Sobras ou Perdas (DSP).

Na esfera municipal, a cooperativa está sujeita à incidência do Imposto sobre Serviços de Qualquer Natureza (ISSQN), apurado a partir da receita com atos não cooperativos, ou seja, em decorrência da prestação de serviços a não associados; as alíquotas variam entre 2% e 5% e são determinadas pela legislação vigente em cada município.

Os ingressos decorrentes de operações realizadas com cooperados não possuem incidência de tributos.

q) Provisão para riscos cíveis, tributários e trabalhistas

As práticas contábeis para registro, mensuração e divulgação de ativos e passivos contingentes e, também, das obrigações legais, são aplicadas de acordo com os critérios definidos pelo Pronunciamento Técnico CPC 25, emitido pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC), o qual foi aprovado pela Resolução nº 3.823/09, a saber:

- Ativos contingentes são reconhecidos somente quando há garantias reais ou decisões judiciais favoráveis, transitadas em julgado. Os ativos contingentes com êxitos prováveis são apenas divulgados em nota explicativa;
- Passivos contingentes são provisionados quando as perdas forem avaliadas como prováveis e os montantes envolvidos forem mensuráveis com suficiente segurança. Os passivos contingentes avaliados como de perdas possíveis são divulgados, e aqueles não mensuráveis com suficiente segurança e como de perdas remotas não são provisionados e/ou divulgados;
- As obrigações legais são registradas como exigíveis, independentemente da avaliação sobre as probabilidades de êxito.

r) Principais julgamentos e estimativas contábeis

As estimativas contábeis são determinadas pela Administração, considerando fatores e premissas estabelecidas com base em julgamento, que são revisados a cada semestre. Itens significativos sujeitos a essas estimativas e premissas incluem as provisões para perdas esperadas associadas ao risco de crédito, ajuste dos ativos ao valor provável de realização ou recuperação, as provisões para contingências, entre outros.

A liquidação das transações envolvendo essas estimativas poderá resultar em valores divergentes em razão de imprecisões inerentes ao processo de sua determinação.

I - Provisão para perdas esperadas associadas ao risco de crédito: Além de observar os requisitos para constituição de provisão em função do atraso no pagamento de parcela de principal ou encargos das operações, a provisão é calculada com base no julgamento da Administração quanto ao nível de risco, considerando a conjuntura econômica, os riscos específicos em relação à operação, aos devedores e garantidores, aos períodos de atraso e ao grupo econômico, observando os parâmetros estabelecidos nas Resoluções nº 2.682/99 e nº 2.697/00 do CMN. O detalhamento da provisão para perdas está apresentado na NOTA 07;

II - Provisão para riscos cíveis, tributários e trabalhistas: Com base em prognósticos de perda avaliados pela Administração, constituindo provisão para as demandas de natureza fiscal, cível, tributários e trabalhistas através de avaliações jurídicas. A avaliação dos prognósticos de perda leva em conta a probabilidade de desembolsos da entidade para cada elemento processual e pode incorrer em alto grau de julgamento quanto maior for a incerteza existente. O detalhamento das provisões e passivos contingentes está apresentado na NOTA 16;

III - Redução ao valor recuperável de ativos intangíveis e outros ativos: o teste de perda por redução ao valor recuperável desses ativos é realizado, no mínimo anualmente, de forma a apurar se há algum indicativo de que um ativo possa ter sofrido desvalorização. Quando o valor recuperável destes ativos não puder ser obtido por meio de fontes externas, a avaliação do valor recuperável desses ativos pode incorrer em consideráveis julgamentos, principalmente na mensuração dos potenciais benefícios econômicos futuros associados;

IV - Mensuração dos efeitos decorrentes da covid-19 nas Demonstrações Financeiras e impactos na Cooperativa: A Administração acompanha a evolução das suas operações que inclui o monitoramento dos níveis de capital e liquidez, do comportamento do risco de crédito dos ativos, dos riscos de mercado e seus instrumentos financeiros, da produção de novas operações de crédito e da evolução das captações. Os principais efeitos e impactos decorrentes da covid-19 sobre as Demonstrações Financeiras deste período estão descritos, quando aplicável, nas notas correspondentes às linhas do Balanço que foram afetadas. O detalhamento dos impactos é apresentado na NOTA 31.

s) Moeda funcional

As demonstrações financeiras são apresentadas na moeda funcional que é o real (R\$), e as informações, exceto quando indicado de outra forma, em milhares de reais (R\$ mil).

t) Resultados recurrentes e não recurrentes

Resultados recurrentes são aqueles que estão relacionados com as atividades características da Cooperativa que ocorrem com frequência no presente e previstas para ocorrer no futuro, enquanto os resultados não recurrentes são aqueles que procedem de um evento extraordinário e/ou imprevisível, com tendência de não se repetir no futuro.

NOTA 04 – CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA

Na elaboração das demonstrações dos fluxos de caixa, foram classificados como caixa e equivalentes de caixa os seguintes montantes:

	31/12/2021	31/12/2020
Disponibilidades	62.100	56.798
Cotas de fundos de renda fixa e multimercado - centralização financeira (Nota 06)	547.799	-
Centralização financeira	820.759	1.407.466
Total	1.430.658	1.464.264

As disponibilidades e as aplicações financeiras de liquidez são classificadas como caixa e equivalentes de caixa para fins de apresentação da demonstração dos fluxos de caixa, quando atendido às determinações do CPC 03 (R2) – Demonstração dos fluxos de caixa.

A centralização financeira é composta pela transferência das sobras de caixa das Cooperativas filiadas, sem prazo de resgate, e remuneradas de acordo com as taxas praticadas no mercado, que na média de 2021 equivale a 99% do CDI (dezembro de 2020 - 97%).

NOTA 05 - APLICAÇÕES INTERFINANCEIRAS DE LIQUIDEZ

Descrição	31/12/2021				31/12/2020	
	A vencer					
	Até 3 meses	3 a 12 meses	Acima de 12 meses	Total		
DI entre Banco e Cooperativa	-	2.047	31.749	33.796	22.306	
CDI Banco Cooperativo Sicredi S.A.	-	-	2.519	2.519	-	
Total	-	2.047	34.268	36.315	22.306	
Total circulante				2.047	7.670	
Total não circulante				34.268	14.636	

As aplicações de DI entre o Banco Sicredi e a Cooperativa são realizadas para cobrir as antecipações de recebíveis na adquirência e as operações de consignado INSS, ambas efetuadas pelos associados, com taxa de remuneração de 105% e 100% do CDI, respectivamente.

NOTA 06 – TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS

Descrição	31/12/2021				31/12/2020	
	A vencer					
	Até 3 meses	3 a 12 meses	Acima de 12 meses	Total		
Títulos de renda fixa - CPR	6.001	147.542	14.760	168.303	-	
Cotas de fundos multimercado - centralização financeira	547.799	-	-	547.799	-	
Total	553.800	147.542	14.760	716.102	-	
Total circulante				701.342	-	
Total não circulante				14.760	-	

A Circular nº 3.068/01 do BACEN, que trata sobre a classificação dos títulos e valores mobiliários com base em um conjunto de critérios para o registro e avaliação contábil da carteira de títulos, não se aplica às cooperativas de crédito.

O valor de mercado das cédulas do produtor rural (CPR) é obtido a partir da curva de juros, baseada nas taxas negociadas no mercado futuro de DI de um dia da B3, e nos spreads de crédito obtidos através do prêmio de risco estabelecido para a contraparte da operação. As operações de CPRs são realizadas com os associados desde que garantidas pela cooperativa via instrumento de carta fiança, considera-se a garantia solidária e a natureza do sistema cooperativo Sicredi para definir um único spread para todas as contrapartes.

As cotas de fundos são valorizadas diariamente, através do valor da cota, divulgada pelo administrador do fundo no site da CVM e ANBIMA.

O valor de mercado dos títulos públicos federais, integrantes da carteira dos fundos de investimentos, foi apurado com base na cotação obtida na Associação Brasileira das Entidades de Mercado Financeiro e de Capital - ANBIMA.

NOTA 07 – OPERAÇÕES DE CRÉDITO

A carteira de créditos está assim composta e classificada:

a) Composição da carteira de créditos por tipo de operação e prazos:

Operações de crédito e Outros créditos	Vencidas a partir de 15 dias	31/12/2021			Total da carteira	31/12/2020
		Até 3 meses	3 a 12 meses	Acima de 12 meses		
Empréstimos e títulos descontados	27.495	313.197	621.843	1.197.447	2.159.982	1.835.232
Financiamentos	1.346	39.102	108.893	252.925	402.266	329.559
Financiamentos rurais e agroindustriais	206	49.343	562.810	581.528	1.193.887	760.911
Total das operações de crédito	29.047	401.642	1.293.546	2.031.900	3.756.135	2.925.702
Avais e fianças honrados (Nota 08)	138	69	-	-	207	236
Devedores por compra de valores e bens (Nota 08)	-	8	18	13	39	108
Títulos e créditos a receber (Nota 08)	-	159.387	55.676	417	215.480	157.216
Total de outros créditos	138	159.464	55.694	430	215.726	157.560
Carteira total	29.185	561.106	1.349.240	2.032.330	3.971.861	3.083.262
Total circulante					1.939.531	1.454.143
Total não circulante					2.032.330	1.629.119

Os títulos e créditos a receber referem-se aos valores a receber de associados relativos a transações de cartões efetuadas na modalidade crédito sem juros.

b) Composição da carteira de créditos por níveis de risco

Níveis de risco	% Provisão	Operações de crédito e Outros créditos	Provisão para perdas esperadas associadas ao risco de crédito		
			31/12/2021	31/12/2020	
AA	-	115.447	78.209	-	-
A	0,50	1.930.214	1.348.380	9.641	6.721
B	1,00	1.421.771	1.148.526	14.189	11.448
C	3,00	271.851	289.282	8.140	8.639
D	10,00	101.945	93.665	10.185	9.350
E	30,00	37.859	37.226	11.346	11.163
F	50,00	23.080	20.925	11.540	10.448
G	70,00	16.227	18.212	11.311	12.749
H	100,00	53.467	48.837	53.389	48.837
Total		3.971.861	3.083.262	129.741	119.355

Conforme disposto no Art. 5º da Resolução BACEN nº 4.800/20 a provisão face à perda para as operações enquadrados no Programa Emergencial de Suporte à Empregos (PESE) deve incidir apenas sobre o montante equivalente ao Capital Próprio destinado para esse fim, esses valores estão sendo apresentados juntamente com o montante provisionado das operações de crédito e outros créditos.

A Cooperativa também possui Coobrigações em garantias prestadas no montante de R\$ 780.797 (dezembro de 2020 - R\$ 617.125) onde estão inclusas as operações com recursos recebidos de instituições financeiras e repassados aos associados via Banco Cooperativo Sicredi S.A., em que a Cooperativa é intermediária e garantidora solidária por força de contrato firmado entre as partes (Nota 27). As provisões decorrentes desses contratos compreendem o montante de R\$ 10.403 (dezembro de 2020 - R\$ 8.951) conforme Nota 15.

c) Composição da carteira de créditos segregada por setor de atividade e faixas de vencimento

Setor	Vencidas a partir de 15 dias	31/12/2021			31/12/2020	
		Até 3 meses	3 a 12 meses	Acima de 12 meses	Total da Carteira	Total da Carteira
Pessoas físicas	18.703	212.693	221.689	446.223	899.308	783.307
Rural	206	49.343	562.810	581.528	1.193.887	760.911
Industrial	413	36.590	55.259	101.318	193.580	130.247
Comércio	4.546	129.105	207.847	319.950	661.448	603.520
Pessoas jurídicas	5.317	133.375	301.635	583.311	1.023.638	805.277
Total	29.185	561.106	1.349.240	2.032.330	3.971.861	3.083.262
Total circulante					1.939.531	1.454.143
Total não circulante					2.032.330	1.629.119

d) Concentração das operações de crédito

	31/12/2021	%	31/12/2020	%
10 maiores devedores	303.162	7,63	218.325	7,08
50 devedores seguintes	362.389	9,12	304.358	9,87
100 devedores seguintes	321.521	8,10	251.592	8,16
Demais	2.984.789	75,15	2.308.987	74,89
Total	3.971.861	100,00	3.083.262	100,00

e) Movimentação da provisão para perdas esperadas associadas ao risco de crédito

	31/12/2021	31/12/2020
Saldo inicial	119.355	91.530
Constituição de provisão	126.158	143.683
Reversão de provisão	(74.506)	(62.332)
Movimentação de baixados para prejuízo	(41.266)	(53.526)
Saldo final	129.741	119.355

f) Resultado com operações de crédito:

	2º semestre de 2021 (Não auditado)	31/12/2021	31/12/2020
Empréstimos e títulos descontados	177.211	317.621	261.981
Financiamentos	24.520	45.669	45.615
Financiamentos rurais e agroindustriais	34.570	61.453	41.917
Outros	66	125	99
Subtotal	236.367	424.868	349.612
Recuperações de créditos baixados como prejuízo	11.145	29.962	18.706
Total	247.512	454.830	368.318

Durante o exercício findo em 31 de dezembro de 2021, foram realizadas renegociações de operações de crédito no montante de R\$ 60.445 (2020 - R\$ 138.808).

NOTA 08 – OUTROS ATIVOS FINANCEIROS

Os créditos diversos, classificados no grupo de outros ativos financeiros, estão assim compostos:

	31/12/2021	31/12/2020
Títulos e créditos a receber (Nota 07)	215.480	157.216
Rendas a receber	5.610	7.029
Devedores por compra de valores e bens (Nota 07)	39	108
Avalias e fianças honradas (Nota 07)	207	236
Transações com cartão de crédito	9.559	1.884
Devedores por depósitos em garantia (Nota 16)	3.323	3.018
Total	234.218	169.491
Total circulante	230.465	166.353
Total não circulante	3.753	3.138

Os títulos e créditos a receber referem-se a valores a receber das transações de cartões de crédito.

NOTA 09 – OUTROS ATIVOS

Os créditos diversos, classificados no grupo de outros ativos, estão assim compostos:

	31/12/2021	31/12/2020
Outros valores e bens	11.507	10.258
Adiantamentos e antecipações salariais	4.953	3.640
Adiantamentos para pagamentos de nossa conta	829	536
Adiantamentos para Confederação Sicredi	2.386	2.628
Impostos e contribuições a compensar	1.586	175
Pendências a regularizar	1.197	495
Valores em análise pela SFG	86	12
Outros	3.072	1.963
Total	25.616	19.707

Os adiantamentos para Confederação Sicredi referem-se à antecipação de valores, a qual está elaborando investimentos em estruturas e plataformas de tecnologia, através de aquisição de bens (móvels, equipamentos, softwares, instalações, etc.) e de gastos com projetos específicos (aplicativos, produtos, etc.). Após sua conclusão os mesmos serão repassados para as Cooperativas.

a) Outros valores e bens

	31/12/2021	31/12/2020
Ativos não financeiros mantidos para venda - recebidos	10.383	8.440
Imóveis	10.346	8.359
Veículos e afins	37	69
Máquinas e equipamentos	-	12
Provisões para redução ao valor recuperável de ativos	(421)	(421)
Material em estoque	1.293	2.184
Despesas antecipadas	252	55
Total	11.507	10.258

b) Movimentação da provisão para desvalorização de outros valores e bens:

Conforme determinações previstas no CPC 01, a provisão é constituída de forma a assegurar que os ativos não estejam registrados por um valor superior àquele passível de ser recuperado por uso ou por venda, abaixo segue a movimentação dos valores:

	31/12/2021	31/12/2020
Saldo inicial	(421)	(1.928)
Reversão de provisão	-	1.507
Saldo final	(421)	(421)

NOTA 10 – INVESTIMENTOS

Registrados ao custo de aquisição	31/12/2021	31/12/2020
Cooperativa Central Sicredi PR/SP/RJ	43.471	36.385
Sicredi Participações S.A.	40.946	20.782
Outras participações e investimentos	2	2
Sicredi Fundos Garantidores	2	2
Total	84.419	57.169

Apresentamos abaixo as informações dos investimentos referentes ao número de ações/quotas, percentuais de participações e movimentações patrimoniais:

	Sicredi Participações S.A.		Sicredi Fundos Garantidores		Cooperativa Central	
	31/12/2021	31/12/2020	31/12/2021	31/12/2020	31/12/2021	31/12/2020
Número de ações/quotas possuídas	13.304.019 ON	6.763.975 ON	2	2	43.470.540	36.385.494
Percentual de participação	1,94%	1,76%	1,24%	1,24%	11,96%	11,41%
Capital social	2.108.211	1.178.211	161	161	363.323	318.901
Patrimônio líquido	2.111.744	1.222.087	368.071	334.310	364.897	320.371
Resultado líquido do exercício	(15.246)	38.149	33.761	21.363	-	-
Valor do investimento	40.946	20.782	2	2	43.471	36.385

NOTA 11 – IMOBILIZADO DE USO E INTANGÍVEL

	Taxas anuais de depreciação %	31/12/2021			31/12/2020	
		Custo	Depreciação/ amortização acumulada	Líquido	Líquido	
Imobilizado de uso	-	173.317	(50.215)	123.102	113.492	
Móveis e equipamentos em estoque	-	2.358	-	2.358	3.409	
Imobilizações em curso	-	10.336	-	10.336	3.409	
Terrenos	-	21.457	-	21.457	21.482	
Edificações	4%	42.846	(10.661)	32.185	34.509	
Benfeitorias em imóveis de terceiros	10%	35.503	(13.979)	21.524	21.810	
Móveis e equipamentos	10%	44.683	(17.206)	27.477	25.984	
Equipamentos de comunicação e segurança	10%	2.203	(1.046)	1.157	1.069	
Equipamentos de processamento de dados	20%	11.636	(6.454)	5.182	4.634	
Veículos	20%	2.295	(869)	1.426	595	
Intangível		40.209	(26.311)	13.898	13.962	
Investimentos Confederação	10%	40.209	(26.311)	13.898	13.962	

Os investimentos Confederação são valores transferidos dos "Adiantamentos para Confederação Sicredi" para o intangível e referem-se aos desenvolvimentos de softwares que já estão em uso pela Cooperativa, sendo amortizados com base nos benefícios econômicos futuros incorporados aos ativos quando consumidos pela entidade, por meio do seu uso.

NOTA 12 – DEPÓSITOS

a) Composição dos depósitos por prazos de vencimento

Depósitos	31/12/2021				Total
	Sem vencimento e até 3 meses	De 3 a 12 meses	Acima de 12 meses	Total	
Depósitos à vista	822.738	-	-	822.738	759.266
Depósitos interfinanceiros	22.687	110.026	42.504	175.217	139.289
Depósitos a prazo	67.238	146.260	2.159.392	2.372.890	2.131.752
Total	912.663	256.286	2.201.896	3.370.845	3.030.307
Total circulante				1.168.949	971.527
Total não circulante				2.201.896	2.058.780

b) Despesas com operações de captações no mercado

	2º semestre de 2021 (Não auditado)	31/12/2021	31/12/2020
Depósitos interfinanceiros	4.648	6.172	3.329
Depósitos de aviso prévio	74	113	124
Depósitos a prazo	64.683	89.633	43.814
Contribuição ao Fundo Garantidor de Créditos	2.367	4.560	3.710
Total	71.772	100.478	50.977

NOTA 13 – RELAÇÕES INTERFINANCEIRAS

	31/12/2021	31/12/2020
Repasses interfinanceiros	1.394.179	877.986
Recebimentos e pagamentos a liquidar	46	3
Total	1.394.225	877.989

a) Repasses Interfinanceiros

Descrição	31/12/2021				31/12/2020
	Sem vencimento e até 3 meses	De 3 a 12 meses	Acima de 12 meses	Total	Total
Banco Cooperativo Sicredi S.A.	53.388	618.490	618.392	1.290.220	808.279
Total - Recursos do Crédito Rural	53.388	618.490	618.392	1.290.220	808.279
Banco Cooperativo Sicredi S.A.	-	390	103.569	103.959	69.707
Total - Outros Recursos	-	390	103.569	103.959	69.707
Total	53.388	618.880	721.961	1.394.179	877.986
Total circulante				672.218	486.047
Total não circulante				721.961	391.939

As obrigações por repasses interfinanceiros provenientes de recursos do crédito rural operam com uma taxa até 12,9% a.a. com vencimentos até 15/11/2031, e os recursos são repassados pelo Banco Cooperativo Sicredi S.A.

As obrigações por repasses interfinanceiros provenientes de outros recursos operam com uma taxa de 124,6% do CDI com vencimentos até 15/11/2028. Os recursos são repassados pelo Banco Cooperativo Sicredi S.A., sendo que para os recursos advindos do compulsório da poupança a taxa praticada é 84,5% do CDI e vencimento em 01/06/2023.

NOTA 14 – OBRIGAÇÕES POR REPASSES

Os repasses são apresentados a seguir:

Repasses no País	31/12/2021				31/12/2020
	Sem vencimento e até 3 meses	De 3 a 12 meses	Acima de 12 meses	Total	Total
BNDES	926	2.746	2.018	5.690	9.355
Total	926	2.746	2.018	5.690	9.355
Total circulante				3.672	3.458
Total não circulante				2.018	5.897

As obrigações por repasses operam com uma taxa até 3,75% a.a. com vencimento até 01/11/2023.

Os recursos internos para repasses no País também representam captações junto ao Tesouro Nacional repassados pelo BNDES. As operações contratadas, observadas as características do PESE, possuem vencimentos mensais até o ano de 2023. Tais recursos são repassados nos mesmos prazos e taxas de captação do programa acrescidos da comissão de repasse. Os repasses do BNDES são provenientes do Banco Sicredi.

NOTA 15 – OUTROS PASSIVOS FINANCEIROS

	31/12/2021	31/12/2020
Provisão para garantias financeiras prestadas	10.403	8.951
Instrumentos de dívida elegíveis a capital - Banco	-	5.426
Recursos em trânsito de terceiros	3.892	3.164
Recursos vinculados a operações de crédito	12	-
Total circulante	14.307	17.541

A provisão para garantias financeiras prestadas refere-se a coobrigações assumidas pelas Cooperativas na realização de operações de seus cooperados junto ao Banco.

Os recursos de terceiros que estão com a cooperativa são registrados nessa conta para posterior repasse, por sua ordem. Trata-se de recursos referentes a convênios com concessionários de serviços, conforme contrato de prestação de serviços.

NOTA 16 – PROVISÕES PARA RISCOS CÍVEIS, TRIBUTÁRIOS E TRABALHISTAS

A Cooperativa é parte em processos judiciais dos quais seus assessores jurídicos classificam como risco de perda provável, sendo que os valores estimados e suas respectivas movimentações e provisões estão demonstrados no quadro a seguir, conforme a natureza dos passivos:

Natureza	Probabilidade de perda	31/12/2021	31/12/2020
Trabalhista	Provável	637	530
Cível	Provável	1.076	1.154
Total não circulante		1.713	1.684

Natureza	31/12/2020	Aumento Provisão	Baixa/Reversão de Provisão	31/12/2021
Trabalhista	530	140	(33)	637
Cível	1.154	1.061	(1.139)	1.076
Total não circulante	1.684	1.201	(1.172)	1.713

Em 31 de dezembro de 2021, a Cooperativa possuía também processos de natureza Trabalhista, Cível e Tributária, cuja probabilidade de perda é possível, no montante estimado de R\$ 696, R\$ 2.806 e R\$ 924 (dezembro de 2020 - R\$ 608, R\$ 104 e R\$ 869), respectivamente.

A Cooperativa possui depósitos judiciais no montante de R\$ 3.323 (dezembro de 2020 - R\$ 3.018), registrados na rubrica de "Outros Ativos Financeiros", os quais estão relacionados a estes processos judiciais.

NOTA 17 – OUTROS PASSIVOS

	31/12/2021	31/12/2020
Transações com cartões de crédito	214.064	152.539
Provisão para pagamentos a efetuar	17.073	14.162
Cotas de capital a pagar	11.804	8.710
Provisão para participações nos lucros	20.784	17.442
Fundo de assistência técnica, educacional e social	9.179	4.098
Fundo Social	1.258	-
Impostos e contribuições a recolher	4.338	5.818
Credores diversos	17.274	15.928
Cheques administrativos	-	5
Cobrança e arrecadação de tributos	1.158	14
Pendências a regularizar	83	297
Total circulante	297.015	219.013

As transações com cartões referem-se a agenda financeira de cartão e parcelado lojista.

Cobrança e arrecadação de tributos e assemelhados referem-se aos valores de arrecadações de IOF, GPS, DARF e DAS.

NOTA 18 – PATRIMÔNIO LÍQUIDO**a) Capital social**

O capital social é dividido em quotas-partes de valor unitário equivalente a R\$ 1,00 (um real), sendo que cada associado tem direito a um voto, independente do número de suas quotas-partes, e está assim composto:

	31/12/2021	31/12/2020
Capital social	218.783	173.645
Total de associados	176.567	168.421

Em 31 de dezembro de 2021, a cooperativa aumentou seu capital social no montante de R\$ 45.138 (dezembro de 2020 – R\$ 25.010), sendo R\$ 30.583 (dezembro de 2020 – R\$ 11.157) via integralização de resultados e R\$ 29.809 (dezembro de 2020 – R\$ 22.145), via integralização de quotas-partes. No mesmo período houve baixas de capital, através do resgate de quotas-partes, no montante de R\$ 15.254 (dezembro de 2020 – R\$ 8.292).

b) Juros ao capital

A Cooperativa efetuou o pagamento dos juros ao capital no percentual de 4,14% em Conta Capital, no montante de R\$ 8.168, calculados em conformidade com a Lei Complementar nº 130/2009, observando-se o limite da taxa SELIC.

c) Destinações

A Cooperativa destinou seus resultados de acordo com o estatuto social, nos seguintes percentuais:

- 60% foram para a Reserva Legal, que tem por objetivo reparar perdas e atender ao desenvolvimento de suas atividades;
- 5% para o Fundo de Assistência Técnica, Educacional e Social - FATES, destinado a atividades educacionais, à prestação de assistência aos cooperados, seus familiares e empregados da cooperativa;
- 1% para a constituição do Fundo Social, destinado a apoiar ações de interesse coletivo desenvolvidas na área de ação da Cooperativa.

Além das destinações citadas acima, a Cooperativa também destinou os valores recuperados referentes a prejuízo de anos anteriores para a Reserva Legal conforme definido pelo Conselho de Administração.

NOTA 19 – IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL

As cooperativas estão sujeitas à tributação pelo Imposto de Renda e Contribuição Social quando auferirem resultados positivos em atos não cooperativos, conforme demonstrado abaixo:

	31/12/2021	31/12/2020
Resultado antes da tributação sobre o lucro e participações	162.104	96.109
Participação nas sobras	(20.141)	(17.949)
Resultado após a participação nos lucros e antes da tributação sobre o lucro e dos juros sobre capital próprio	141.963	78.160
Imposto de renda e contribuição social às alíquotas vigentes	(63.883)	(31.264)
Efeitos dos ajustes previstos na legislação:		
Sobras decorrentes dos atos cooperativos	61.716	24.971
Juros sobre capital próprio pagos aos associados no exercício	3.676	1.835
Demais adições e exclusões previstas na legislação	(246)	(108)
Imposto de renda e contribuição social do exercício	-	(4.566)

Demais adições e exclusões consideram os efeitos dos demais itens previstos na legislação, como: doações, constituição e reversão de provisões, resultados de equivalência patrimonial, etc. Considerando as possibilidades de adições e exclusões previstas na legislação, é possível que as cooperativas apurem prejuízo fiscal e base de cálculo negativa de CSLL, que serão controladas e utilizadas para posterior compensação com resultados futuros.

O efeito da alteração de alíquota de CSLL do diferencial de alíquota para as Cooperativas, no qual a alíquota de Contribuição Social passou de 15% para 20% a partir de julho de 2021 e irá retornar para 15% a partir de janeiro de 2022.

NOTA 20 – TRANSAÇÕES COM PARTES RELACIONADAS

a) Instituições relacionadas

A entidade efetua transações com instituições relacionadas, tais como o Banco Cooperativo Sicredi, Central, Administradora de Bens, Corretora de Seguros, SicrediPar, Fundação Sicredi, Administradora de Cartões (em dezembro de 2020), Confederação Sicredi, Sicredi Fundos Garantidores, Administradora de Consórcios e Fundos de investimento administrados pelo Banco. Abaixo apresentamos as principais operações realizadas com partes relacionadas, sumarizadas por grupo contábil:

	31/12/2021	31/12/2020 (Reapresentado)
Ativo		
Aplicações interfinanceiras de liquidez (Nota 05)	36.315	22.306
Títulos e valores mobiliários (Nota 06)	716.102	-
Relações interfinanceiras – Centralização financeira (Nota 04)	820.759	1.407.466
Outros ativos financeiros - Rendas a receber (Nota 08)	5.048	6.122
Outros ativos (Nota 09)	2.386	2.628
Investimentos (Nota 10)	84.419	57.169
Intangível (Nota 11)	13.898	13.962
Passivo		
Depósitos interfinanceiros (Nota 12)	175.217	139.289
Obrigações repasses interfinanceiros (Nota 13)	1.394.179	877.986
Outros passivos (Nota 17)	208.577	145.655
Principal e juros dívida subordinada (Nota 15)	-	5.426
Receitas		
Resultado títulos e valores mobiliários	28.061	2.089
Ingressos e receitas de prestação de serviços (Nota 21)	40.327	30.832
Outros ingressos e receitas operacionais (Nota 24)	1.318	1.327
Doação SFG	-	2.680
Despesas		
Operações de captação no mercado (Nota 12)	6.172	3.329
Operações de empréstimos e repasses	52.364	35.473
Outros dispêndios e despesas administrativas (Nota 23)	9.621	7.816
Outros dispêndios e despesas operacionais (Nota 25)	36.369	36.348

b) Transações com administradores

As transações com partes relacionadas referem-se a saldos de depósitos (à vista e a prazo) e operações de crédito mantidas na instituição por seus administradores (diretores e conselheiros de administração), assim como a remuneração recebida pelas pessoas chave da administração. As operações de crédito e captações de recursos com partes relacionadas foram contratadas em condições semelhantes às praticadas com terceiros, vigentes nas datas das operações.

Abaixo apresentamos as operações realizadas com administradores:

Natureza da operação	31/12/2021	% em relação ao total	31/12/2020
Depósitos à vista	355	0,04%	284
Depósitos a prazo	1.425	0,06%	1.848
Operações de crédito	2.413	0,06%	1.987

c) Remuneração do pessoal-chave da administração

Pessoas chave da administração são as que têm autoridade e responsabilidade pelo planejamento, direção e controle das atividades da entidade, direta ou indiretamente, incluindo qualquer administrador (executivo ou outro dessa entidade). Os honorários do pessoal-chave da Administração do Sicredi seguem a Política de Remuneração definida pelo Sistema, e sua aprovação é deliberada nos fóruns específicos de cada Entidade. Abaixo apresentamos a remuneração total do pessoal-chave da administração:

Remuneração	31/12/2021	31/12/2020
Pessoas chave da administração	7.968	6.836

NOTA 21 – INGRESSOS E RECEITAS DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS

	2º semestre de 2021 (Não auditado)	31/12/2021	31/12/2020
Cartões	15.392	28.584	21.510
Cobrança	8.195	15.963	14.219
Comissões	68	161	33
Consórcios	5.058	10.000	11.113
Convenios	1.922	3.873	3.350
Distribuição de produtos e serviços bancários	17.738	39.118	29.909
Processamento da compensação	116	291	435
Seguros	7.783	16.093	14.457
Taxas e tarifas	3.592	6.205	6.898
Antecipação de recebíveis	861	1.764	1.451
Outros serviços	893	1.564	937
Total	61.618	123.616	104.312

NOTA 22 – DISPÊNDIOS E DESPESAS DE PESSOAL

	2º semestre de 2021 (Não auditado)	31/12/2021	31/12/2020
Remuneração	35.697	69.132	60.045
Benefícios	16.174	30.942	26.747
Encargos sociais	14.306	25.883	22.503
Treinamentos	594	702	216
Total	66.771	126.659	109.511

NOTA 23 – OUTROS DISPÊNDIOS E DESPESAS ADMINISTRATIVAS

	2º semestre de 2021 (Não auditado)	31/12/2021	31/12/2020
Água, energia e gás	1.781	3.484	3.056
Aluguéis	5.967	11.569	10.348
Comunicação	1.793	3.516	3.574
Manutenção e conservação	3.174	6.740	7.076
Material de expediente	1.928	2.899	1.614
Processamento dados	2.864	5.001	3.308
Propaganda e publicidade	1.282	2.242	1.975
Promoções e relações públicas	7.122	14.008	12.734
Serviços do sistema financeiro	6.327	12.946	10.622
Assessoria e consultoria	315	385	163
Serviços jurídicos	1.401	2.688	2.729
Serviços de terceiros	3.330	5.181	3.926
Serviços de técnicos especializados	7.602	12.929	7.758
Serviços de vigilância e segurança	3.291	6.428	5.769
Serviços de transportes	2.999	5.524	5.121
Depreciação	6.105	11.937	10.261
Amortização (Rateio Confederação)	2.428	4.589	4.637
Dispêndios assistência técnica, social e educacional	449	1.209	2.320
Emolumentos e taxas diversas	1.562	3.205	3.671
Ressarcimento tarifas	141	300	310
Seguros	85	322	941
Outras despesas administrativas	2.411	4.510	4.759
Total	64.357	121.612	106.672

NOTA 24 – OUTROS INGRESSOS E RECEITAS OPERACIONAIS

	2º semestre de 2021 (Não auditado)	31/12/2021	31/12/2020 (Reapresentado)
Absorção de dispêndios - FATES	449	1.209	2.320
Lucros na alienação de valores e bens	1.206	1.584	445
Recursos recebidos Sicredi Fundos Garantidores	-	-	2.680
Recuperação de encargos e despesas	2.343	3.803	5.058
Reversão de provisões operacionais	484	3.028	2.513
Reversão de provisões impostos folha	2.886	4.028	3.523
Reversão de provisões para garantias financeiras prestadas	2.028	4.817	3.354
Reversão de provisões para passivos contingentes	268	1.172	3.285
Aluguel de máquina - Cartões Sicredi	1.059	2.229	1.459
Compensação - Ressarcimento de Custo Operacional - RCO	525	525	-
Outras rendas operacionais	1.217	2.409	2.278
Total	12.465	24.804	26.915

NOTA 25 – OUTROS DISPÊNDIOS E DESPESAS OPERACIONAIS

	2º semestre de 2021 (Não auditado)	31/12/2021	31/12/2020 (Reapresentado)
Descontos concedidos em renegociação e crédito	5.530	17.462	13.516
Contribuições Cooperativistas	118	227	215
Contribuição Sicredi Fundos Garantidores	616	1.581	2.547
Contribuição Confederação Sicredi	15.916	28.595	26.963
Cooperativa Central Sicredi PR/SP/RJ	1.485	2.725	2.766
Encargos da administração financeira	2	3	8
Repasso Administradora de Cartões	-	-	435
Prejuízo na alienação de valores e bens	7	12	110
Provisões para garantias financeiras prestadas	4.141	6.269	5.885
Provisões para passivos contingentes	972	1.201	1.385
Outras provisões operacionais	2.229	4.383	3.709
Operação com cartões (emissão, postagem, processamento, demais)	5.344	10.672	9.742
Risco operacional	1.609	2.841	3.974
Juros e comissões	1.343	2.128	3.003
Tarifa serviços folha pagamento servidores	22	43	28
Outras despesas operacionais	1.999	6.293	6.979
Total	41.333	84.435	81.265

NOTA 26 – RESULTADO NÃO RECORRENTE

	2º semestre de 2021 (Não auditado)	31/12/2021	31/12/2020
Resultado antes das destinações	64.685	141.963	73.594
Venda de Imóvel da antiga agência Santa Helena	(974)	(974)	-
Doação SFG - Sicredi Fundo Garantidor	-	-	(2.680)
Resultado recorrente	63.711	140.989	70.914

NOTA 27 – COOBRIGAÇÕES EM GARANTIAS PRESTADAS

As garantias prestadas pela Cooperativa sob a forma de aval, fiança ou outras coobrigações estão assim compostas:

	31/12/2021	31/12/2020
Beneficiários de garantias prestadas	780.699	616.995
Coobrigações em cessões de crédito	98	130
Total	780.797	617.125

Nas garantias prestadas estão inclusas as operações com recursos recebidos de instituições financeiras e repassados aos associados via Banco Cooperativo Sicredi S.A., em que a Cooperativa é intermediária e garantidora solidária por força de contrato firmado entre as partes. Os valores são compostos, em sua maioria, pelos programas do Finame e BNDES.

NOTA 28 – GERENCIAMENTO DE RISCOS E DE CAPITAL

O Sistema Sicredi considera o gerenciamento de riscos prioritário na condução de suas atividades e negócios, adotando práticas em absoluta consonância com os preceitos dos Acordos de Basileia. Dessa maneira, possui áreas especializadas para o gerenciamento destes riscos, centralizadas no Banco Cooperativo Sicredi S.A. Entre os principais riscos gerenciados pela instituição, destacam-se a Estrutura de Gerenciamento de Capital, o Risco Operacional, o de continuidade de negócios, de Mercado, de Variações de Taxas de Juros, de Liquidez, de Crédito, Socioambiental, Risco de Conformidade e Risco de Segurança da Informação, cujos principais aspectos são apresentados a seguir:

I - Estrutura de Gerenciamento de Capital

Para os efeitos da legislação vigente, define-se o Gerenciamento de Capital como o processo contínuo de:

- Monitoramento e controle do capital mantido pela Instituição;
- Avaliação da necessidade de capital para fazer face aos riscos a que a Instituição está sujeita;
- Planejamento de metas e de necessidade de capital, considerando os objetivos estratégicos da Instituição.

O gerenciamento de capital das instituições do Sistema Sicredi é centralizado no Banco Cooperativo Sicredi, através de uma estrutura compatível com a natureza das operações, a complexidade dos produtos e a dimensão da exposição ao risco do Sistema. A estrutura centralizada é responsável pelo estabelecimento dos processos, políticas e sistemas que apoiam as instituições do Sistema na gestão do capital.

Os processos e políticas para o gerenciamento de capital são estabelecidos seguindo os critérios mínimos da regulamentação em vigor, alinhados às melhores práticas de mercado, e aprovadas pelas alçadas competentes de cada instituição do Sistema.

Os processos para o gerenciamento de capital do Sistema Sicredi incluem:

- Mecanismos que possibilitem a identificação, avaliação e monitoramento dos riscos relevantes incorridos pela instituição, inclusive dos riscos não cobertos pelos requerimentos mínimos legais de capital;
- Metas de capital em níveis acima dos requerimentos mínimos legais e que refletem o apetite a risco do sistema, visando manter capital para suportar os riscos incorridos e garantir o crescimento dos negócios de forma sustentável e eficiente;
- Plano de Capital para cada Instituição do Sistema, consistente com o planejamento estratégico, abrangendo o horizonte mínimo de três anos;
- Testes de estresse e avaliação de seus impactos no capital;
- Relatórios gerenciais periódicos sobre a adequação do capital para a diretoria e para o conselho de administração;

II - Risco Operacional

O risco operacional é definido como a possibilidade de ocorrência de perdas resultantes de eventos externos ou de falha, deficiência ou inadequação de processos internos, pessoas ou sistemas. A definição inclui, ainda, o risco legal associado à inadequação ou deficiência em contratos firmados pela instituição, às sanções em razão de descumprimento de dispositivos legais e às indenizações por danos a terceiros decorrentes das atividades desenvolvidas pela instituição. O gerenciamento do risco operacional é realizado de forma conjunta entre o Banco, Centrais e Cooperativas Singulares. Essas entidades tem como responsabilidade o cumprimento dos normativos internos e externos, valendo-se de ferramentas, metodologias e processos estabelecidos sistematicamente. Tais processos são compostos por um conjunto de ações que visam manter em níveis adequados os riscos a que cada instituição está exposta. São estas:

- Normatização interna contendo regras, papéis e responsabilidades quanto ao gerenciamento do risco operacional disseminados ao pessoal da instituição;
- Identificação, avaliação, tratamento e monitoramento dos riscos operacionais;
- Armazenamento, monitoramento e investigação de perdas operacionais, visando mantê-las em níveis considerados aceitáveis pela instituição;
- Reportes periódicos e estruturados sobre temas relevantes de risco operacional e controles internos aos fóruns de governança;
- Implementação e manutenção de programas de capacitação sobre a cultura de riscos e controles na Instituição;
- Testes de estresse periódicos para cenários de risco operacional;
- Procedimentos que visam assegurar a continuidade das atividades da instituição e limitar perdas decorrentes da interrupção dos processos críticos de negócio, incluindo análises de impacto e testes periódicos de planos de continuidade.

Ainda, um conjunto de procedimentos vem sendo implementado para avaliar, gerenciar e monitorar o risco operacional decorrente de serviços terceirizados relevantes para o funcionamento regular da instituição.

III - Risco de Continuidade de Negócios

Gestão de Continuidade de Negócios (GCN) é a capacidade da organização de continuar a entrega de produtos e/ou serviços em nível aceitável previamente definido, após incidentes de interrupção.

O Sicredi possui uma estrutura para responder de forma adequada à recuperação, à restauração e aos níveis acordados de disponibilidade para os processos mais críticos das entidades centralizadoras do Sistema, no caso de ocorrência de eventos que provoquem a interrupção dos seus serviços, preservando, assim, os interesses de todas as partes envolvidas.

Através de uma Análise de Impacto de Negócios (BIA) são identificados os principais processos de negócios da instituição bem como os serviços de TI que suportam esses processos e, assim, são definidas as estratégias de continuidade dos negócios adotadas.

Estão previstos na Política de Gestão Integrada de Riscos e na Norma de Continuidade de Negócios do Sicredi, os princípios básicos e a estrutura necessária para garantir a resposta adequada à recuperação, à restauração e aos níveis acordados de disponibilidade para os processos mais críticos das entidades.

O sistema de Gestão de Continuidade de negócios estruturado no Sicredi contempla:

- Norma de Gestão de Continuidade de negócios;
- Análise de impacto de negócio - BIAs;
- Estratégias de recuperação de desastre de negócio e de TI;
- Planos de continuidade operacional e de TI.

Por fim, o Sicredi disponibiliza para todas as suas agências um modelo de manual de continuidade de atividades das agências, que possibilita a elaboração de um documento customizado, a fim de atender os principais cenários de interrupção das atividades”.

IV - Risco de Mercado

Define-se risco de mercado como a possibilidade de ocorrência de perdas resultantes da flutuação nos valores de mercado de posições detidas por uma instituição financeira. Incluem-se nessa definição, as operações sujeitas aos riscos de variação cambial, das taxas de juros, dos preços de ações e dos preços de mercadorias (commodities).

O gerenciamento de risco de mercado das instituições do Sistema Sicredi é centralizado no Banco Cooperativo Sicredi, através de uma estrutura compatível com a natureza das operações, a complexidade dos produtos e a dimensão da exposição ao risco do Sistema. A estrutura centralizada é responsável pelo estabelecimento dos processos, políticas e sistemas que apoiam as instituições do Sistema na gestão do risco de mercado.

Os processos e políticas para o gerenciamento do risco de mercado são estabelecidos seguindo os critérios mínimos da regulamentação em vigor, alinhados às melhores práticas de mercado, e aprovadas pelas alçadas competentes de cada instituição do Sistema.

Os processos para o gerenciamento do risco de mercado do Sistema Sicredi incluem:

- Regras claras de classificação da carteira de negociação que garantam o correto tratamento das operações;
- Procedimentos destinados a mensurar, monitorar e manter a exposição ao risco de mercado em níveis considerados aceitáveis pela Instituição;
- Processos destinados a monitorar e reportar a aderência ao apetite ao risco de mercado da Instituição em relação ao seu capital;
- Definição das metodologias de risco de mercado a serem aplicadas;
- Sistemas para executar o cálculo e medir os riscos, considerando a complexidade dos produtos e a dimensão da exposição ao risco de mercado das instituições do Sistema.

V - Risco De Variação Das Taxas De Juros Em Instrumentos Classificados Na Carteira Bancária (IRRBB)

O IRRBB é o risco, atual ou prospectivo, do impacto de movimentos adversos das taxas de juros nos resultados ou no valor econômico da instituição, resultante dos instrumentos classificados na carteira bancária.

O gerenciamento de risco de IRRBB das instituições do Sistema Sicredi é centralizado no Banco Cooperativo Sicredi, através de uma estrutura compatível com a natureza das operações, a complexidade dos produtos e a dimensão da exposição ao risco do Sistema. A estrutura centralizada é responsável pelo estabelecimento dos processos, políticas e sistemas que apoiam as instituições do Sistema na gestão do risco de IRRBB.

Para a mensuração e controle desse risco no Sicredi, utiliza-se as abordagens de valor econômico (EVE) e de resultado de intermediação financeira (NII). O Sistema Sicredi define as regras para o cálculo do risco de variação da taxa de juros das operações em linha com as práticas de mercado e com as exigências da regulamentação vigente.

Os processos para o gerenciamento do risco de IRRBB do Sistema Sicredi incluem:

- Procedimentos destinados a mensurar, monitorar e manter a exposição ao risco de IRRBB em níveis considerados aceitáveis pela Instituição;
- Processos destinados a monitorar e reportar a aderência ao apetite de risco de IRRBB da Instituição em relação ao seu capital;
- Definição das metodologias de risco de IRRBB a serem aplicadas;
- Sistemas para executar o cálculo e medir os riscos, considerando a complexidade dos produtos e a dimensão da exposição ao risco de IRRBB das instituições do Sistema.

VI - Risco de Liquidez

O entendimento de Risco de Liquidez é essencial para a sustentabilidade das instituições que atuam no mercado financeiro e de capitais e está associado à capacidade da instituição de financiar os compromissos adquiridos a preços de mercado razoáveis e realizar seus planos de negócio com fontes estáveis de financiamento. Para este efeito, define-se risco de liquidez como:

- A possibilidade da instituição não ser capaz de honrar eficientemente suas obrigações esperadas e inesperadas, correntes e futuras, inclusive as decorrentes de vinculação de garantias, sem afetar suas operações diárias e sem incorrer em perdas significativas; e
- A possibilidade da instituição não conseguir negociar a preço de mercado uma posição, devido ao seu tamanho elevado em relação ao volume normalmente transacionado ou em razão de alguma descontinuidade no mercado.

O gerenciamento de risco de liquidez das instituições do Sistema Sicredi é centralizado no Banco Cooperativo Sicredi, através de uma estrutura compatível com a natureza das operações, a complexidade dos produtos e a dimensão da exposição ao risco do Sistema. A estrutura centralizada é responsável pelo estabelecimento dos processos, políticas e sistemas que apoiam as entidades do Sistema na gestão do risco de liquidez.

Os processos e políticas para o gerenciamento do risco de liquidez são estabelecidos seguindo os critérios da regulamentação em vigor, alinhados às melhores práticas de mercado, e aprovadas pelas alçadas competentes de cada Instituição do Sistema.

Os processos para o gerenciamento do risco de liquidez do Sistema Sicredi incluem:

- Definição de processos para identificar, avaliar, monitorar e controlar a exposição ao risco de liquidez em diferentes horizontes de tempo;
- O estabelecimento de processos de rastreio e reporte da observância ao apetite ao risco de liquidez e em níveis considerados aceitáveis pela instituição;
- Definição das estratégias de captação que proporcionem diversificação adequada das fontes de recursos e dos prazos de vencimento;
- Definição de plano de contingência de liquidez, regularmente atualizado, que estabeleça responsabilidades e procedimentos para enfrentar situações de estresse de liquidez;
- Realização periódica de testes de estresse com cenários de curto e de longo prazo.

VII - Risco de Crédito

A gestão do risco de crédito consiste no processo de identificação, mensuração, controle e mitigação dos riscos decorrentes das operações de crédito realizadas pelas instituições financeiras.

No Sicredi, o gerenciamento do Risco de Crédito é realizado por uma estrutura centralizada e pelas áreas e colegiados locais.

O Banco Cooperativo Sicredi responde pelo conjunto de políticas, estratégias e metodologias voltadas ao controle e gerenciamento das exposições ao risco de crédito das empresas que compõem o Sistema, possuindo como principais atribuições: responder pelas políticas corporativas de gestão de risco de crédito; desenvolver e propor metodologias de classificação de risco de crédito, inclusive por meio de modelos quantitativos; aferir e controlar as exigibilidades de capital para cobertura de risco de crédito assumido; e realizar o monitoramento constante das exposições sujeitas ao risco de crédito de todas as empresas do Sicredi.

As áreas e colegiados locais são responsáveis pela execução do gerenciamento de risco de crédito, observando as políticas e limites pré-estabelecidos sistematicamente.

VIII - Risco Socioambiental

O risco socioambiental é definido como a possibilidade de ocorrência de perdas das instituições financeiras decorrentes de danos sociais, ambientais e climáticos. Além disso, está envolvido indiretamente com uma série de outros riscos, podendo gerar tanto impactos financeiros, como legais e de reputação. No Sicredi, o gerenciamento é realizado por uma estrutura centralizada e pelas áreas e colegiados locais. Os processos e políticas para o gerenciamento do risco socioambiental são estabelecidos seguindo os critérios da regulamentação em vigor, alinhados às melhores práticas de mercado, e aprovadas pelas alçadas competentes de cada instituição do sistema.

Os processos para o gerenciamento do risco socioambiental do sistema Sicredi incluem:

- Normatização interna contendo regras, metodologias e responsabilidades quanto ao gerenciamento do tema;
- Monitoramento de delimitações e vedações de exposições sujeitas ao risco socioambiental, aderentes ao apetite a risco do sistema;
- Coleta e utilização de dados para mensuração, classificação e avaliação dos riscos sociais, ambientais e climáticos nas operações;
- Realização periódica de testes de estresse para cenário de risco socioambiental;
- Interlocução e reporte para órgãos ambientais, federações, parceiros de negócios e fóruns de governança;
- Evolução constante da estratégia no tema, visando o alinhamento com as técnicas e tecnologias de mercado, bem como as expectativas das partes interessadas.

IX - Risco de conformidade

O risco de conformidade é definido como a possibilidade de ocorrência de sanções, perdas financeiras, danos de reputação e outros danos, decorrentes de descumprimento ou falhas na observância de normativos externos (leis e regulamentações), das recomendações dos órgãos reguladores, dos códigos de autorregulação aplicáveis assim como dos normativos oficiais internos.

A gestão do risco de conformidade, no âmbito do Sicredi está sob responsabilidade da Superintendência de Compliance, estrutura integrante do Banco Cooperativo Sicredi S.A, que, para o acompanhamento sistêmico, oferece suporte e informações, tanto às áreas das empresas do Centro Administrativo quanto às Cooperativas Centrais e Singulares, no que tange ao processo de conformidade e o gerenciamento do risco de conformidade.

A função de conformidade é desempenhada no desenvolvimento e execução do Programa de Compliance, estruturado nos pilares de: (i) Prevenção, (ii) Detecção e (iii) Correção.

Os processos para gerenciamento do risco de conformidade incluem:

- Identificação dos riscos de conformidade da instituição;
- Comunicação, capacitação e treinamento de todos os níveis da Entidade para gerenciar adequadamente os riscos de conformidade e cumprir as exigências legais e (auto)regulatórias;
- Acompanhamento e monitoramento de processos relevantes, das ações adotadas para mitigar os riscos de conformidade e corrigir deficiências, no intuito de promover a conformidade;
- Reporte das adequações relevantes e novas medidas para mitigação de riscos, bem como não conformidades identificadas;
- Identificação de ações e/ou processos associados aos principais riscos, que precisam ser revisados, atualizados ou implementados, buscando a efetividade do Programa de Compliance como um todo;
- Tratamento para os não cumprimentos identificados bem como desenvolvimento de ações para conscientização, buscando evitar a reincidência.

X - Risco de Segurança da Informação

O risco de segurança da informação é definido como o risco relacionado a probabilidade de exploração de uma vulnerabilidade, considerando as ameaças vinculadas, e o impacto na confidencialidade, integridade ou disponibilidade das informações. Riscos de segurança cibernética ou cibersegurança fazem parte do contexto de riscos de segurança da informação.

No Sicredi, o gerenciamento do risco de segurança da informação é realizado de forma conjunta com Banco, Centrais e Cooperativas Singulares, os quais possuem responsabilidade pelo cumprimento dos normativos internos e externos, contando com ferramentas e metodologias sistêmicas que podem ser complementados por ações locais. Os processos e ações voltados para segurança da informação visam a manutenção dos riscos em níveis aceitáveis, incluindo a utilização de controles adequados e efetivos, frente aos custos, tecnologia e objetivos de negócio.

XI - Informações Adicionais

A descrição da estrutura completa e do processo de gerenciamento de riscos e capital pode ser acessada por meio do sitio www.sicredi.com.br, no caminho: Sobre nós > Relatórios > Gestão de Riscos > Publicações Sistêmicas > Gerenciamento de Riscos Pilar 3 - Sistêmico.

Já a Política de Gerenciamento de Risco Socioambiental e o Relatório de Sustentabilidade, documentos com o detalhamento e números dos processos no tema, também podem ser acessados por meio do sitio www.sicredi.com.br, no caminho: Sobre nós > Sustentabilidade > Políticas e Relatórios.

NOTA 29 – ÍNDICES DE BASILEIA E DE IMOBILIZAÇÃO

As instituições financeiras e demais instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil devem manter, permanentemente, valor de Patrimônio de Referência (PR), apurado nos termos das Resoluções CMN nº 3.444/07 e nº 3.490/07 até setembro de 2013 e pela Resolução CMN nº 4.192/13 a partir de outubro de 2013, compatível com os riscos de suas atividades, sendo apresentado abaixo o cálculo dos limites:

Limites operacionais	31/12/2021	31/12/2020
Patrimônio de Referência (PR)	645.958	497.610
Nível I (NI)	645.958	497.610
Capital principal - CP	645.958	497.610
Capital social	218.783	173.645
Reservas de capital	398.303	314.825
Lucros acumulados	42.770	23.102
Ajustes Prudenciais	(13.898)	(13.962)
Ativos Ponderados pelo Risco (RWA)	4.744.372	3.621.048
Risco de Taxa de Juros da Carteira Bancária	11.783	10.939
Margem de Capital	159.737	151.725
Índice de Basileia (PR / RWA)	13,62%	13,74%
Situação de Imobilização (Imob)	123.104	113.494
Índice de Imobilização (Imob / PR)	19,06%	22,81%

Margem de Capital consiste no excedente de capital da instituição aos requerimentos mínimos regulamentares e ao adicional de capital principal.

NOTA 30 – SEGUROS CONTRATADOS

Em 31 de dezembro de 2021, os seguros contratados são considerados suficientes pela administração para cobrir eventuais sinistros relacionados a garantia de valores e bens de propriedade da Cooperativa.

As premissas de riscos adotadas, dada a sua natureza, não fazem parte do escopo de uma auditoria de demonstrações financeiras, consequentemente não são examinadas pelos nossos auditores independentes.

NOTA 31 – OUTRAS INFORMAÇÕES

Seguimos atentos às normas sanitárias e recomendações do Ministério da Saúde e demais órgãos competentes para o enfrentando à pandemia do novo Coronavírus (COVID 19) no país ao longo do período. Enquanto instituição financeira cooperativa, nosso modelo de negócio possibilita o acompanhamento de perto da realidade dos associados e das regiões onde estamos presentes, oportunizando a ampliação da oferta de soluções financeiras adequadas às necessidades de cada um no enfrentamento da crise e na manutenção dos negócios.

Para dar suporte aos empreendedores, ofertamos aos nossos associados a Linha Renegociação Emergencial viabilizada pelo Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social - BNDES que possibilitou a renegociação das parcelas sem alterar o vencimento original da operação e excepcionalmente em casos de operações com taxa pós-fixada (TLP) a possibilidade de ampliação do prazo final.

Nossos meios eletrônicos de atendimento (caixas automáticos, internet banking, aplicativos) seguem apoio muitas das demandas, são canais completos que permitem a realização da maior parte das operações reduzindo a necessidade de ida às agências. Também seguimos incrementando as possibilidades de atendimento via WhatsApp, agilizando muitas das solicitações. Além disso, colocamos em prática a nossa missão de contribuir para a melhoria da qualidade de vida dos associados e da sociedade também por meio de iniciativas como o Eu Coopero com a Economia Local, impulsionando a força do cooperativismo como motor para a continuidade da atividade econômica no país.

Ademir Roque
Diretor Executivo
CPF: 585.087.329-53

Antonio Clarindo Sobrinho
Contador
CRC: PR-049071/O-3
CPF: 615.552.409-25

Antônio Clarindo Sobrinho
Diretor de Operações
CPF: 615.552.409-25